

A Relação entre os Governos Brasileiro e Paraguai (1954–1973): Da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai ao Tratado de Itaipu

Bruno Carlos Müller Neto
Laura Reis da Silveira
Luana Alonso Xavier de Miranda
Matheus Vasconcelos¹

Resumo: O seguinte trabalho visa compreender, através de revisão bibliográfica e análise do Tratado de Itaipu, as relações bilaterais entre Brasil e Paraguai durante o período de 1954 a 1973, além de investigar o relacionamento entre as Forças Armadas brasileiras e paraguaias a partir da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (MMBIP). Conclui-se, assim, que a influência da MMBIP na alta sociedade e na formação de militares paraguaios, com destaque para o General Stroessner, auxiliou na relação entre os dois países e que, apesar de alguns contenciosos, criou canais alternativos de comunicação entre os militares, facilitando a resolução do Tratado.

Palavras-chave: Usina de Itaipu. Forças Armadas. Stroessner. Diplomacia.

¹ Graduandas e graduandos em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

1 Introdução

É de conhecimento geral a importância social, política, econômica e diplomática que a Usina Elétrica de Itaipu possui. Com a assinatura do Tratado de Itaipu em 1973 por Brasil e Paraguai, foram estabelecidos os pontos para o financiamento da obra e para a operação da empresa, num modelo de sociedade binacional, pertencente às duas nações em partes iguais. O ano de assinatura do Tratado coincide com um período de crise no cenário internacional, ocasionado pelo aumento no preço do petróleo. Nesse momento emblemático da economia mundial, intensificou-se a pesquisa e o uso de energias alternativas e renováveis, como as hidrelétricas. Planejada para ter uma potência instalada total de 14 mil MW, além de ser a maior do mundo, à época, a Usina de Itaipu quase dobraria a potência instalada do Brasil, de cerca de 16,7 mil MW, e supriria grande parte do consumo paraguaio (ESPÓSITO NETO, 2012; ITAIPU, 2019). O empreendimento obteve como resultados, ao longo dos anos após a sua construção e completa execução (1975 e 1979), a construção de mais de 9 mil casas para os trabalhadores. Ademais, o transporte de materiais para a Itaipu Binacional mobilizou 20.113 caminhões e 6.648 vagões ferroviários, enquanto a demanda por mão de obra provocava filas imensas nos centros de triagem dos consórcios, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010). É possível perceber, portanto, que a construção desta usina foi responsável por uma boa parte da dinamização da economia brasileira na época, sem contar os benefícios também trazidos ao país vizinho – o Paraguai (IPEA, 2010).

No que tange às relações internacionais, o tema que concerne à Usina de Itaipu é amplamente explorado no sentido de trazer à luz do conhecimento acadêmico as questões que norteiam os trâmites diplomáticos envolvendo a assinatura de tal acordo. Nessa situação em especial, a diplomacia ocupa um espaço importante, pois a construção da Itaipu Binacional foi responsável pela resolução do contencioso envolvendo ambos os países, no que se refere à questão da disputa sobre a posse de terras na região do Salto de Sete Quedas (ou Salto de Guaíra), área hoje coberta pelo lago da usina. Os estudos técnicos iniciaram em maio de 1974, dando origem à entidade Itaipu Binacional, estruturada como “empresa internacional”, e a disputa por terras na fronteira foi, enfim, superada (ITAIPU, 2019).

Este trabalho, portanto, além de trazer uma revisão bibliográfica do contexto diplomático de Brasil e Paraguai entre 1954 a 1973 (período entre a ascensão do General Stroessner como presidente paraguaio até a assinatura do Tratado), também visa a compreender a presença militar em ambos os países: como ambas as Forças Armadas se relacionavam e como podem ter influenciado na elaboração do Tratado de Itaipu? Sendo assim, para além desta introdução e das considerações finais, o trabalho se divide em três seções: (i) contextualização histórica e diplomática sobre a relação entre Brasil e Paraguai, traçando as características básicas e as questões primordiais que pontuaram a assinatura do Tratado; (ii) análise da presença da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (MMBIP) e das relações militares entre ambos os países, contando com uma investigação sobre a figura do presidente paraguaio General Alfredo Stroessner; (iii) análise do Tratado de Itaipu, seus precedentes com relação aos planos de aproveitamento hídrico do Rio Paraná, suas peculiaridades jurídicas e políticas envolvendo questões como a disputa fronteiriça entre Brasil e Paraguai, buscando traçar um paralelo em relação às forças militares e a sua influência nos trâmites diplomáticos envolvendo o tratado.

2 As Relações Brasil-Paraguai entre 1954 e 1973: Contextualização Histórica e Diplomacia

No que se refere às relações entre ambos os países no período entre 1954 e 1973, o Paraguai se encontrava em um momento de reconstrução da sua política externa dada a ascensão de Alfredo Stroessner à presidência – militar conhecido por ter governado o país com “mão de ferro”, fazendo uso extensivo dos aparatos de repressão e perseguição aos seus opositores e mantendo-se por 35 anos no poder (1954-1989) (ESPÓSITO NETO, 2012). Em 1954, Brasil e Paraguai já mantinham relações relativamente amistosas, fruto, em parte, da inclinação positiva que Stroessner possuía em relação ao Brasil, principalmente por ter cursado alguns módulos de aperfeiçoamento militar no país. No que tange às relações com os demais países da América do Sul, ainda é importante citar que, sob o governo de Stroessner, Paraguai e Argentina se distanciaram profundamente, uma vez que o presidente paraguaio não consentia com a dependência profunda pela qual passava o seu país em relação ao vizinho do Sul (YEGROS; BREZZO, 2013). As

relações com o Brasil, por sua vez, eram grandemente fortalecidas, considerando, principalmente, uma maior aproximação entre Assunção e Brasília, com o fito de contrabalançar a influência argentina oriunda da dependência paraguaia do porto de Buenos Aires para suas comunicações externas (ESPÓSITO NETO, 2012).

Retomando a discussão unicamente sobre as relações entre Brasil e Paraguai, os laços se tornaram ainda mais próximos em 1957, quando houve a assinatura de acordos com grande importância política e diplomática: a construção e a pavimentação de estradas entre a fronteira brasileira e grandes cidades paraguaias, como Concepción; a construção da usina de Acaray; a construção da ponte da Amizade, que ligaria a cidade de Foz do Iguaçu a Puerto Stroessner; a abertura de uma Missão Cultural e a construção do Colégio Experimental Paraguai-Brasil, entre outros convênios (SILVA, 2006). Entretanto, na década de 1960, por sua vez, o que antes era entendido como uma relação amistosa e que prometia ser de grande potencial transformou-se em uma relação litigiosa, que significou uma ameaça às vitórias diplomáticas alcançadas entre ambos os países graças a uma controvérsia acerca do domínio do Salto das Sete Quedas (YEGROS; BREZZO, 2013). Tal conflito se inicia, segundo Espósito Neto (2008), a partir do momento em que há a divulgação da construção de uma grande usina na região, em 1962.

Imediatamente, o Paraguai afirma que a área da futura barragem era de território paraguaio, sob o pretexto de uma nova interpretação do tratado de 1872²; e o Brasil, por sua vez, afirmava que as cataratas estavam, na verdade, em território brasileiro. Durante o período de 1964 a 1965, diversos incidentes na fronteira colocaram os dois países muito próximos de um conflito. O então litígio territorial somente foi resolvido com a assinatura da “Ata das Cataratas”, em 1966, que não resolvia a questão da soberania sobre Sete Quedas, mas garantia aos dois países igual participação em qualquer projeto hidroelétrico na área. Segundo Yegros e Brezzo (2013), neste acordo se estipulava que os países:

2 O Tratado de Limites entre Paraguai e Brasil foi assinado em 1872, após o fim da Guerra da Tríplice Aliança. O processo de demarcação das fronteiras ocorreu entre 1872 e 1874, quando o Brasil ainda ocupava militarmente o país guarani. Tal fato foi utilizado, posteriormente, para alegar que o Paraguai assinou o Tratado de Limites sob condições desfavoráveis. Ademais, a celebração de um acordo de forma bilateral com o Paraguai contrariava o acordado no artigo 6º da Tríplice Aliança: todas as negociações, tratados de paz, armistícios ou outras convenções que suspendessem a guerra com o Paraguai, deveriam ser realizadas em conjunto por Argentina, Brasil e Uruguai. Portanto, o Tratado de Limites de 1872 causou grande polêmica, principalmente na Argentina (GOMES, 2009; ESPÓSITO NETO, 2012).

Concordaram em estabelecer, desde já, que a energia elétrica eventualmente produzida pelos desníveis do rio Paraná, desde e inclusive o Salto do Guairá ou Salto Grande das Sete Quedas até a foz do rio Iguaçu, será dividida em partes iguais entre os dois países, sendo reservado a cada um deles o direito de preferência para a aquisição desta mesma energia a justo preço que será oportunamente fixado por especialistas dos dois países, de qualquer quantidade que não venha a ser utilizada para o suprimento das necessidades de consumo do outro país (YEGROS; BREZZO, 2013, p. 164).

Desta maneira, em 1967, contrata-se uma Comissão Mista Técnica Paraguai-Brasileira para a avaliação do potencial hidrelétrico e das possibilidades econômicas do trecho em questão, optando-se, assim, por um aproveitamento em conjunto da região. Assim, a sociedade entre ambos os países, no que concerne aos trâmites da Usina, se torna uma realidade incontestável (ESPÓSITO NETO, 2012).

Nesse ínterim, é importante citar a presença argentina nestas tramitações. Após a iniciativa entre Brasil e Paraguai já supracitada, a Argentina se posicionou contra tal empreitada, pois camadas políticas do país temiam a ruptura do equilíbrio de poder no subsistema do Prata em favor do Brasil e em detrimento da Argentina, com a consequente “satelitização” do Paraguai (ESPÓSITO NETO, 2012). Assim, houve grandes esforços diplomáticos argentinos no sentido de tentar “multilateralizar” o acordo firmado entre Brasil e Paraguai, de modo que a Argentina buscou legitimar o princípio de que, para construir aproveitamentos hidrelétricos em rios internacionais de curso contínuo, uma “consulta prévia” aos demais Estados ribeirinhos seria de suma importância e necessidade. Tal posição não foi, no entanto, aceita de maneira positiva na Bacia do Prata (YEGROS; BREZZO, 2013). Em junho de 1971, portanto, foi aprovada a Declaração de Assunção sobre o aproveitamento dos Rios Internacionais pelos chanceleres dos cinco países membros do Sistema da Bacia do Prata – Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai – que previa:

Nos rios internacionais contíguos, sendo a soberania compartilhada, qualquer aproveitamento de suas águas deverá ser precedido de um acordo bilateral entre os ribeirinhos. Nos rios internacionais de curso contínuo, não sendo a soberania compartilhada, cada Estado pode aproveitar as águas em razão de suas necessidades, sempre que não cause prejuízo sensível ao outro Estado da Bacia (YEGROS; BREZZO, 2013, p. 166).

Ainda no que tange à política externa paraguaia em relação à Argentina, cabe ressaltar que houve uma grande aproximação de ambos os países – e uma tentativa imensa de dirimir a presença brasileira e enfraquecer os laços deste país com o

Paraguai –, principalmente no momento em que houve a assinatura de acordos para a construção das usinas de Yaciretá³, Salto Grande⁴ e Corpus⁵. Na assinatura destes acordos, o Paraguai concedeu benefícios econômicos à Argentina maiores do que havia oferecido ao Brasil. Stroessner, dessa maneira, estaria reformulando sua política externa de aliança com o Brasil, transformando-a em uma “neutralidade pragmática” (MENEZES, 1987, p. 112).

Em janeiro de 1973, apresentou-se aos governos paraguaio e brasileiro o resultado do relatório técnico preliminar. A recomendação era de que fosse construída uma usina em Itaipu, adiantando-se, assim, as negociações bilaterais que culminaram na assinatura do Tratado de Itaipu, em 26 de abril de 1973, que previa uma usina com uma potência instalada de aproximadamente onze milhões de kW. O Tratado foi responsável por diversas respostas (positivas e negativas) da opinião pública, fazendo-se valer como um todo a partir de agosto de 1973, com a troca das ratificações. A Usina de Itaipu – e todos os seus trâmites diplomáticos – é considerada um marco importantíssimo na política brasileira-paraguaia, pois: “[...] a represa se tornaria uma das maiores do mundo e a mais importante entre as de caráter binacional” (YEGROS; BREZZO, 2013, p. 167). Em 1982, por fim, deu-se início ao processo de preenchimento da represa de Itaipu e em 1985 ela foi inaugurada formalmente (YEGROS; BREZZO, 2013).

3 A Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (MMBIP): Origens e Contextualização

A primeira cooperação militar entre Brasil e Paraguai pode ser considerada o pedido de instrução militar feito por Carlos Antonio López, presidente paraguaio, em 1845. Nesta ocasião, oficializada em 1851, foram enviados ao país guarani dois oficiais do Exército e dois da Marinha. Após esse período, as missões militares só seriam retomadas no fim da década de 1930 (SOUTO, 2016), principalmente com o golpe de Estado em 1936, no Paraguai, momento em que o Exército surgiu como

3 A usina de Yaciretá, localizada no Rio Paraná, é um empreendimento binacional entre Argentina e Paraguai, projetada para ser a última usina deste rio, já que não há mais desníveis significativos à jusante. Apesar de ter seus estudos de aproveitamento energético concluídos em 1954, só começou a ser construída na década de 1980. Durante sua construção, houve uma série de polêmicas, como a remoção da população local, entre eles indígenas, e danos ao meio ambiente (PINHEIRO, 2007).

4 Localizada no Uruguai, próxima da província argentina de Entre Rios, Salto Grande é uma usina binacional uruguaio-argentina. Seu projeto foi acordado através de consulta prévia entre Argentina, Brasil e Uruguai, no ano de 1960. A partir da consulta prévia, chegou-se a uma Declaração Conjunta Tripartite, visando um plano amplo de aproveitamento energético e mitigação de danos ao meio ambiente. Com capacidade instalada de 1.900 MW, foi finalizada em 1979 (PINHEIRO, 2007).

5 Projeto de usina hidrelétrica no Rio Paraná. Seu projeto é da década de 1960, mas foi paralisado diversas vezes pelo governo argentino. Foi rejeitado em plebiscito pela população da província argentina de Misiones, em 1996.

sujeito importante no processo político do país. Entre 1936 e 1954, o Paraguai foi governado por quatro militares – Coronel Rafael Franco (1936-1937), e os Generais José Estigarribia (1939-1940), Higinio Morínigo (1940-1948) e Alfredo Stroessner, que assumiu a Presidência em 1954 e ficou no poder até 1989 – e alguns civis, como Félix Paiva (1937-1939) e Federico Chaves (1949-1954), que viam na força militar um componente importante da disputa política. O novo regime ditatorial paraguaio tinha suas raízes no fascismo e estava muito alinhado com o Estado Novo, que seria implantado no Brasil em 1937. Ademais, era de interesse de ambos os países uma aproximação, para limitar a influência política e econômica argentina no Paraguai, além de frear possíveis intenções expansionistas da Argentina e impedir o projeto do Vice-Reino do Rio da Prata (DORATIOTO, 2012).

Já em 1936 é oferecido, pelo Brasil ao governo de Rafael Franco, um programa de cooperação, com a construção de uma conexão ferroviária brasileiro-paraguaia; aceitação de alunos paraguaios nas Escolas Militares do Exército, da Marinha e da Aviação do Brasil; e vagas em cursos superiores de agropecuária. Ainda estavam no plano de cooperação a instalação de uma agência do Banco do Brasil em Assunção e a oferta de um porto-franco para o comércio externo do Paraguai em Santos-SP. Nessa oportunidade, foi pedido ao governo brasileiro a inscrição de 15 oficiais do Exército paraguaio em um curso de aperfeiçoamento da infantaria (DORATIOTO, 2012). Em 1938, no contexto da cooperação intelectual, alunos brasileiros visitaram Assunção e, em 1940, alunos paraguaios retribuíram a visita, estreitando os laços universitários (BRASIL, 1944a).

Ainda em 1940, o Coronel Ramón Paredes fez uma visita ao Brasil e se encontrou com o General Eurico Gaspar Dutra, Ministro do Exército, para negociar a ida de militares paraguaios para treinar no Brasil. A negociação se concretizou no dia 25 de março do mesmo ano, e entre os militares paraguaios escolhidos para realizar o treinamento acordado por Dutra e Paredes estava Alfredo Stroessner que, à época, era Capitão do Exército. Nas comemorações brasileiras do dia 7 de setembro, foram enviados pelo Paraguai o Coronel Raimundo Rolón, chefe do Estado Maior, e o Capitão de Fragata Zarn Phiropolos, Comandante da Flotilha paraguaia (BRASIL, 1944a). Nessa ocasião, o Coronel Rolón fez um relato de sua visita ao Brasil, publicado como “Alguns aspectos do Brasil com relação ao Paraguai”

(1940)⁶. Nesse relato, de cerca de trinta páginas, Rolón fez um detalhamento da estrutura militar brasileira, relatos sobre a economia do Brasil, a necessidade de utilização do modelo de agricultura brasileira pelo Paraguai, questões relacionadas à política, como o papel exercido pelos militares, além de apresentar a Constituição brasileira de 1937 e o decreto que dissolveu partidos políticos. Conforme mensagens enviadas, em 1941, por Protásio Gonçalves⁷ a Oswaldo Aranha – Ministro das Relações Exteriores do Brasil – era de amplo conhecimento a forma amistosa como Rolón se referia ao Brasil e sua tendência brasilófila. Entretanto, o seu desejo de aproximação entre os dois países, antes de amizade, era um desejo de atender às necessidades de sua pátria (SOUTO, 2016). Por fim, em 19 de novembro de 1940, o governo francês encerrou sua missão militar no Paraguai, permitindo que os seus oficiais continuassem como técnicos contratados. Era de grande interesse paraguaio manter a missão francesa, tendo em vista que a sua substituição por instrutores de outros países, como Argentina ou Chile, poderia gerar desentendimentos: “o problema adviria do temor deste governo de desgostar países amigos que teriam interesse que a missão escolhida procedesse do respectivo Exército” (SOUTO, 2016, p. 215).

Em abril de 1941, desembarcou no Brasil mais um grupo de oficiais paraguaios para a realização de cursos de aperfeiçoamento. Em agosto, Getúlio Vargas foi até Assunção, sendo a primeira vez que um chefe de Estado brasileiro visitou o país vizinho. Nessa ocasião, foram trocadas as ratificações dos acordos de cooperação assinados anteriormente (BRASIL, 1944b). Foi nesta ocasião que se discutiu com o presidente Higinio Morínigo a instalação da Missão Militar brasileira no Paraguai, resultado de uma grande aproximação e cooperação entre os dois países. A Argentina, contrária a esta aproximação, exercia grande pressão sobre o governo paraguaio, tentando suspender o intercâmbio com os militares brasileiros. Entretanto, o Paraguai alegava que, por ter uma instrução militar advinda dos franceses, tinha por objetivo manter uma unidade de orientação e métodos no ensino, garantida por meio do intercâmbio com militares brasileiros, que tiveram instrução do mesmo país europeu. Por fim, a MMBIP foi instalada em Assunção em 18 de maio de 1942 (SOUTO, 2016).

6 No original: “Algunos aspectos del Brasil con relación al Paraguay (1940)” (SOUTO, 2016).

7 Embaixador brasileiro em Assunção entre 1940 e 1942.

Entretanto, um acordo formal só seria realizado em 1948, por iniciativa diplomática, depois da suspeita da substituição da Missão Militar Brasileira por uma missão argentina. O acordo foi assinado depois de negociações com os governos paraguaio e estadunidense, já que a Missão Militar dos Estados Unidos, instalada em 1943, detinha certos privilégios de atuação – seu contrato previa exclusividade para missões futuras no Paraguai – e o contrato brasileiro não poderia interferir em seus interesses (SOUTO, 2016).

3.1 Objetivos

As missões militares de instrução, de um modo geral, são formadas a pedido de um determinado país, mediante contrato ou acordo, para transmitir conhecimentos e ensinamentos, através de organização, doutrina e preparo, de forma adaptada às finalidades e recursos disponíveis (MALAN, 1988, *apud* SOUTO, 2016). No caso da MMBIP, seu objetivo principal era organizar os cursos de cavalaria, equitação e educação física. Entretanto, em sua tese de doutorado, Cíntia Vieira Souto (2016) apresenta outras possíveis funções exercidas pela MMBIP, que precisam ser analisadas com mais cuidado.

A ida de militares brasileiros qualificados para o país vizinho, dado o contexto de influência das forças armadas na política paraguaia (DORATIOTO, 2012), em conjunto com uma forte presença dos membros da MMBIP em eventos sociais, como festas, homenagens, premiações e confraternizações, pode demonstrar uma atuação como canal paralelo de diplomacia e obtenção de informações (SOUTO, 2016). Essa função, ao longo da existência da MMBIP, seria de grande importância para as relações políticas Brasil-Paraguai (ESPÓSITO NETO, 2012; SOUTO, 2016).

Outra função da MMBIP seria o monitoramento de possíveis atividades nazistas em solo paraguaio. Depois da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, uma de suas funções era monitorar e combater atividades nazistas no seu território e em países vizinhos (SOUTO, 2016). O Paraguai possuía, à época, diversas colônias alemãs e associações germanófilas. Segundo Francisco Doratioto (2012), havia, dentro do Exército paraguaio, grande simpatia pelo regime nazista, principalmente no chamado “grupo da cavalaria”. O grupo tinha como base a 1ª Divisão de Cavalaria em Campo Grande, liderada pelo

Coronel Benítez Vera. A MMBIP atuou diretamente com Benítez Vera, já que no seu escopo estavam cursos de cavalaria, sendo este um indício do monitoramento de atividade nazista como função da missão militar.

As duas últimas funções exercidas pela MMBIP, de acordo com Cíntia Vieira Souto (2016), foram ocupar o espaço de influência da Argentina sobre o Paraguai, que colocava o país guarani há décadas em uma dependência política e econômica; e exercer certo controle sobre a hegemonia militar estadunidense na América Latina. Neste sentido, a Missão Militar do Estados Unidos chegou ao Paraguai em 1943, e celebrou um acordo que garantia exclusividade para suas missões. Assim, como a MMBIP não tinha regulamentação à época, caso se retirasse do país guarani, não poderia retornar. Ademais, não era do interesse brasileiro que o Paraguai fosse instruído e se rearmasse com apoio dos Estados Unidos, devido às incertezas sobre o rumo da política sul-americana. Conforme recomendação do adido militar brasileiro no Paraguai, Major Francisco Damasceno Ferreira Portugal, o governo brasileiro deveria negociar com os Estados Unidos o controle do fornecimento bélico aos países vizinhos ao Brasil. Portanto, apesar do Brasil conseguir manter sua Missão Militar no Paraguai para evitar a influência total dos Estados Unidos, e de vislumbrar pleitear a distribuição de material bélico aos países vizinhos, era a Missão estadunidense que mantinha o controle sobre a Missão brasileira. Por fim, dentre os oficiais brasileiros de maior destaque participantes da MMBIP é possível citar Golbery do Couto e Silva (1948-1950) e João Figueiredo (1955-1957), figuras importantes para o período do Regime Militar brasileiro (1964-1985) (SOUTO, 2016).

3.2 Alfredo Stroessner e a Aproximação com o Brasil

É possível que a afinidade de Stroessner com o Brasil tenha começado quando o país atuou no arbítrio que pôs fim à Guerra do Chaco (1932-1935). Esse arbitramento foi favorável ao Paraguai, que manteve sob seu controle boa parte das terras disputadas. Stroessner, na época um jovem Tenente, lutou no conflito (BANDEIRA, 1998). Durante o governo de Vargas (1930-1945), houve um aumento da atuação brasileira no Paraguai em diversas áreas, a partir da década de 1940: anulação da dívida da Guerra da Tríplice Aliança e devolução dos documentos da independência

do Paraguai que estavam na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, além da construção de estradas e ferrovias ligando Brasil e Paraguai, financiadas pelo governo brasileiro. Durante o governo de Federico Chaves – antecessor de Stroessner –, o Paraguai se aproximou da Argentina, e assinou, em 1953, o Convênio de União Econômica, o que causou preocupação no governo brasileiro, pois afetava os interesses econômicos do Brasil e o projeto de hegemonia regional (MORAES, 2007). O acordo com os argentinos desagradou, do mesmo modo, o comandante das Forças Armadas paraguaias, o então General Alfredo Stroessner, que fazia parte do grupo contrário ao Convênio de União Econômica. Ademais, Stroessner era visto pelo embaixador Moacyr Ribeiro Briggs como: “[...] um profundo admirador do Brasil, sobretudo por sua conhecida estima e camaradagem com nossas Forças Armadas” (MORAES, 2007, p. 63).

Logo após assumir a presidência, Stroessner demonstrou interesse em aumentar a cooperação econômica entre o Brasil e o Paraguai. O então presidente acreditava que a aproximação com o Brasil permitiria ao Paraguai expandir suas capacidades econômicas. Em 1956, Stroessner solicitou ao Brasil a construção de uma ponte internacional sobre o rio Paraná, pois buscava fugir da dependência do porto de Buenos Aires. A construção da ponte e outros acordos com o Brasil eram vantajosos para Stroessner, que conseguia passar a imagem de realizador de grandes obras e acordos em benefício do Paraguai. O Brasil estava ganhando novos mercados através destes mesmos acordos, que isentavam de impostos os produtos brasileiros exportados para o Paraguai. Stroessner, por sua vez, se beneficiava do apoio brasileiro para fortalecer o discurso nacionalista e de enfrentamento à influência argentina (MORAES, 2007).

Os laços de amizade que permitiram essa aproximação entre o governo de Stroessner e o Brasil não surgiram apenas da posição do Brasil como adversário histórico da Argentina nas questões de hegemonia regional, mas também das interações amistosas entre os militares brasileiros e os militares paraguaios responsáveis pelo golpe que colocou Stroessner no poder: segundo Moraes (2007) e Souto (2016), a Divisão de Cavalaria nº 1 “Bernardino Caballero”, apoiadora do golpe, era uma das principais unidades paraguaias assessoradas pela Missão Militar Brasileira. Ademais, a presença de militares brasileiros em solenidades paraguaias reforçava

a imagem de apoio brasileiro ao ditador, e serviam como elemento de dissuasão para eventuais opositores, que teriam de enfrentar o provável apoio brasileiro para manter Stroessner no poder. A aproximação entre os dois países também foi intensificada através da Missão Cultural Brasileira em Assunção, sistematizada em 1952. Nessa Missão, o governo brasileiro pretendia mudar a visão que os paraguaios tinham sobre o Brasil desde a Guerra do Paraguai. Para atingir este objetivo, foram enviados professores para as universidades paraguaias, e muitos cursos de docência passaram a ser dirigidos por brasileiros, ao mesmo tempo que jovens paraguaios receberam bolsas para estudar em universidades brasileiras. Já em 1960, o Brasil ganhou um convênio para revisar os livros didáticos paraguaios, de forma a não prejudicar a amizade entre os dois países (MORAES, 2007).

A afinidade de Stroessner com o Brasil está inserida dentro de um esforço brasileiro de atrair o Paraguai para a sua esfera de influência desde os anos 1930, através de uma “política de intensa atuação diplomática e de colaboração econômica, técnico-cultural e militar” (MORAES, 2007, p. 57). Stroessner recebeu das mãos de Juscelino Kubitschek, em 7 de setembro de 1957, a espada de ouro do Exército brasileiro: “[...] com a que distinguimos os chefes de Estado dos países mais ligados a nós, mais nitidamente unidos ao Brasil” (BRASIL, 1957b, p. 200). Em um jantar oferecido por Stroessner e sua esposa para Kubitschek e sua esposa, no Copacabana Palace, em 9 de setembro de 1957, o presidente brasileiro, durante o discurso de agradecimento a Stroessner, expressiu: “[...] a um velho amigo do Brasil, o quanto nos tocam as contínuas provas de afeto que dele tem recebido a nossa pátria” (BRASIL, 1957a, p. 202).

Neste período, a relação do Brasil com o governo de Stroessner está dentro do contexto da Guerra Fria, em que o esforço do ditador paraguaio em combater o comunismo foi recompensado com o apoio, financeiro e militar, estadunidense. O alinhamento com os Estados Unidos serviu como mais um ponto de fortalecimento do relacionamento entre Brasil e Paraguai, em um momento em que o Brasil mantinha boas relações, mas evitava uma posição de subordinação aos Estados Unidos⁸ (MORAES, 2007).

8 Para o governo de Juscelino Kubitschek, defensor da política nacional-desenvolvimentista, vencer o subdesenvolvimento era uma questão nacional. Essa vitória seria alcançada, dentre outras formas, através da cooperação internacional (principalmente com os Estados Unidos) por meio do recebimento de tecnologia e capital, revisão dos termos de troca entre produtos industrializados e matérias-primas, além da abertura de mercado externo para

4 O Acordo de Itaipu e sua Relação com o Militarismo Brasileiro-Paraguaio

No Brasil, em 1961, o Presidente Jânio Quadros surgiu com a questão da realização de estudos para a criação de uma grande usina hidrelétrica, mais especificamente na região das Sete Quedas do Guaíra, local eleito pelo Ministério de Minas e Energia (MME) por seu grande potencial hidrelétrico. Contudo, com a renúncia de Quadros, as pesquisas tiveram que ser retomadas no governo de João Goulart, com o novo Ministro do MME, Gabriel Passos, que, ao sentir a necessidade de dar continuidade ao projeto, chamou o engenheiro Oscar Marcondes Ferraz e, em 1962, divulgou o projeto com um potencial elétrico igual ao dobro de todas as usinas elétricas já instaladas no país naquela época. Mesmo diante de tal façanha, o projeto foi passivo de críticas, pois a engenharia não levou em seus cálculos a variável diplomática necessária, prevendo a criação de uma simples barreira na fronteira entre o Brasil e o Paraguai para trazer o alagamento gerado pela usina para o lado brasileiro. Em resposta à divulgação do projeto, o governo paraguaio enviou a nota nº 94, de 12 de março de 1962, que pedia mais informações sobre os estudos técnicos realizados e exprimia que a demarcação fronteira não havia terminado pela comissão mista de fronteira. Ademais, a nota também criticava o movimento brasileiro unilateral de aproveitamento integral das Sete Quedas, que, segundo o governo paraguaio, não poderia ser feito nem pelo Brasil, nem pelo Paraguai (ESPÓSITO NETO, 2012).

Mediante isso, em 1964, o encontro dos presidentes Stroessner e Goulart em Mato Grosso firmava a criação de uma Comissão mista para estudar formas de exploração conjunta da região. Contudo, a situação se escalou para um conflito quando o caso foi discutido pelo Conselho de Segurança Nacional brasileiro em 11 de março de 1965, já durante o governo de Castelo Branco, resolvendo-se enviar um pequeno destacamento de soldados para o local em litígio, marcando

o Brasil e o aumento da capacidade de importação de bens para o desenvolvimento. A partir de tal contexto e objetivos, o governo JK propôs a Operação Pan-Americana (OPA), um meio de cooperação internacional, em parceria com os Estados Unidos, para o desenvolvimento da América Latina e o reavivamento do sentimento pan-americano, em termos de solidariedade econômica. a OPA está inserida no contexto de Guerra Fria e em um período de deterioração da relação entre os Estados e a América Latina, que não pôde ver os resultados da cooperação internacional pós-Segunda Guerra nem os benefícios do Plano Marshall. Apesar de alinhado aos Estados Unidos, o Brasil, no período, demonstrou sua iniciativa ao propor a OPA visando a vencer o subdesenvolvimento e a defender seus ideais (CERVO; BUENO, 2011).

uma presença simbólica em resposta ao crescente número de paraguaios, civis e militares, que se deslocavam para a fronteira. Em setembro de 1965, o Paraguai lançou a nota D.P.I. nº 527, reiterando que a área ainda não havia sido demarcada e que a comissão mista que os presidentes de ambos os países haviam autorizado complementar o trabalho de delimitação, exigindo a retirada do pequeno contingente militar brasileiro. A partir dessa nota, praticamente todas as comunicações oficiais do Paraguai para o Brasil vinham com o cabeçalho “Centenário da Epopeia Nacional (1864-1870)”⁹, além de outros artifícios que relembavam a Guerra do Paraguai, revelando seu descontentamento com a atitude brasileira (ESPÓSITO NETO, 2012).

Em 21 de outubro de 1965, algumas autoridades de alta patente do Paraguai foram detidas temporariamente pelo pequeno contingente militar que havia sido enviado para a fronteira das Sete Quedas, enquanto realizavam trabalhos exploratórios na região, em território brasileiro. O Paraguai protestou contra o ocorrido em uma nota, D.P.I. nº 604, de 22 de outubro de 1965, exigindo a punição dos envolvidos no caso e um pedido de desculpas oficial do Brasil, insinuando que os militares estavam tentando se apossar da região das Sete Quedas, com suas instalações de rádio e energia elétrica no local. Contudo, a resposta brasileira se resumiu a afirmar que as “ilustres” autoridades deveriam ter enviado a notificação oficial prévia da visita ao país, pois a zona das Sete Quedas se tratava do território brasileiro de Porto Renato, sendo prerrogativa do Estado brasileiro instalar ou não bases permanentes (ESPÓSITO NETO, 2012, p. 131).

Por conta da sua passagem pela Missão Brasileira no Paraguai entre 1948 e 1950, o General Golbery do Couto e Silva, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), havia conhecido o Presidente Stroessner, permitindo, assim, que em 27 de novembro de 1965 o Presidente Castelo Branco o enviasse em missão extraordinária para Assunção, na tentativa de discutir a situação em relação ao Salto do Guaíra. Tal aceitação do governante paraguaio em falar pessoalmente com o General Golbery demonstra a importância que a MMBIP possuiu para a aproximação entre os dois países (ESPÓSITO NETO, 2012; SOUTO, 2016). Entretanto, em 14 de dezembro de 1965, a chancelaria paraguaia lançou a D.P.I. nº 712, na qual realizava um novo ataque ao governo brasileiro. O ataque indicava

9 No original: “Centenario de la Epopeya Nacional (1864-1870)” (ESPÓSITO NETO, 2012).

que a aproximação com o General Golbery facilitaria o diálogo, mas não seria uma condicionante para a resolução do conflito, pois remontava ao Tratado de Limites, de 1872. Segundo a nota em questão, o Paraguai assinou o Tratado em uma situação desfavorável, gerando posteriormente sua indignação mediante o aproveitamento integral dos recursos do Salto de Guaíra pelo Brasil (ESPÓSITO NETO, 2012).

Nesse momento, iniciaram-se as negociações para resolução do litígio, que visava não exclusivamente a questão fronteiriça, mas também o aproveitamento energético que as Sete Quedas do Guaíra, as maiores cachoeiras do mundo em volume de água naquele período, poderiam proporcionar, além da geração de emprego que tal obra resultaria, bem como uma alternativa ao uso do petróleo (ITAIPU, 2019). Sendo assim, o Tratado de Itaipu – a resolução final de todo o litígio apresentado – levou em seu preâmbulo quatro disposições resultantes de negociações prévias importantes que ajudaram na criação binacional de tal usina, sendo elas: a Ata de Iguaçu, em 1966; a Comissão mista técnica brasileiro-paraguaia, criada em 1967; o Artigo VI do Tratado da Bacia do Prata; e a Declaração de Assunção sobre o aproveitamento dos Rios Internacionais, de 3 de junho de 1971 (BRASIL, 1973). A Ata de 22 de junho de 1966, chamada de Ata de Iguaçu, veio em um esforço de ambos os governos em resolver a delimitação e o aproveitamento dos recursos hídricos dos desníveis do rio Paraná, desde o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto do Guaíra até a foz do rio Iguaçu:

[...] a energia elétrica eventualmente produzida pelos desníveis do rio Paraná, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto do Guaíra até a foz do rio Iguaçu, será dividida em partes iguais entre os dois países, sendo reconhecido a cada um deles o direito de preferência para a aquisição desta mesma energia a justo preço, que será oportunamente fixado por especialistas dos dois países, de qualquer quantidade que não venha a ser utilizada para o suprimento das necessidades do consumo do outro país (BRASIL, 1966, p. 9061-9062).

Diante de tal resolução, o aproveitamento igual entre as partes resultou no encerramento de todo o conflito envolto na questão de delimitação, pois a área seria alagada pela construção da Usina Elétrica, impossibilitando sua utilização para outros meios. Em 1967, a Comissão Mista definitiva é finalmente criada, servindo de implementação à Ata do Iguaçu. O consórcio foi formado pelas empresas *International Engineering Company* (IECO), de São Francisco, EUA, e *Electroconsult*

(ELC) de Milão, Itália; vencendo a concorrência internacional para a realização dos estudos de viabilidade e para a elaboração do projeto da obra (ITAIPU, 2019).

Além disso, a Ata de Iguaçu previa que os Ministros de Relações Exteriores participassem, posteriormente, da reunião que formou o Tratado da Bacia do Prata, já que o Rio Paraná passa também por um terceiro país, a Argentina. Neste tratado, que inclui os governantes da Argentina, da Bolívia, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, o disposto no artigo VI ressalta que: “O estabelecido no presente Tratado não impedirá as Partes Contratantes de concluir acordos específicos ou parciais, bilaterais ou multilaterais, destinados à consecução dos objetivos gerais de desenvolvimento da Bacia” (BRASIL, 1970, online). Além disso, a Declaração de Assunção de 1971 acrescenta em seu artigo primeiro que: “[...] nos rios internacionais contíguos, de soberania compartilhada, qualquer aproveitamento de suas águas deverá ser precedido de um acordo bilateral entre os ribeirinhos” (ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN, 1981, p. 73, tradução nossa)¹⁰.

Então, o conjunto de Tratados e Declarações expostos acima permitiu a continuidade do empreendimento entre Brasil e Paraguai, já que, ao longo de todo o processo de negociação e estudos técnicos de Itaipu, a Argentina tentou desarticular o projeto. Uma das formas utilizadas era tentar introduzir no Direito Internacional Fluvial o princípio da consulta prévia: em rios internacionais, todo e qualquer empreendimento deveria passar por consulta e aprovação dos países que ficam à jusante do ponto de referência para a realização do projeto. Dessa forma, caso o princípio da consulta prévia fosse legitimado, e como a Argentina se situava na foz do Rio da Prata, esta teria grande influência sobre todo e qualquer projeto de desenvolvimento realizado em toda a Bacia do Prata (ESPÓSITO NETO, 2012).

Para além das relações diretas, ainda se destaca o fato de que, à época em que foi assinado o tratado que deu origem à Itaipu, a Presidência do Brasil e do Paraguai eram exercidas por dois militares (BRASIL, 1973). Neste sentido, como já citado anteriormente, figuras importantes para o Regime Militar brasileiro, participantes da MMBIP, atuaram na resolução de contendas entre Brasil e Paraguai, como o General Golbery do Couto e Silva, enviado à Assunção em 1965 para

10 No original: “[...] en los ríos internacionales contíguos, siendo la soberanía compartida, cualquier aprovechamiento de sus aguas deberá ser precedido de un acuerdo bilateral entre los ribereños” (FAO, 1981, p. 73).

dialogar com Stroessner acerca de Sete Quedas, e o General João Batista Figueiredo que, conforme pesquisa de Espósito Neto (2012), mantinham canais de contato paralelos com as autoridades paraguaias:

Ao se analisar a documentação confidencial, percebe-se que altas autoridades militares brasileiras, entre elas o General Figueiredo – chefe do Serviço Nacional de Inteligência no governo Geisel –, faziam “viagens de turismo” ao Paraguai com certa regularidade. Curiosamente, durante alguns desses momentos de “descanso”, as autoridades de ambos os países mantinham conversações sobre assuntos de Estado, como a questão da ciclagem e problemas nas relações bilaterais. Também eram frequentes as viagens de militares paraguaios ao Brasil e os contatos destes com autoridades brasileiras [...] (ESPÓSITO NETO, 2012, p. 199-200).

No dia 26 de abril de 1973, em Brasília, com a presença do Presidente brasileiro General-de-Exército Emílio Garrastazu Médici, e do Presidente da República do Paraguai, General-de-Exército Alfredo Stroessner, foi assinado o Tratado de Itaipu, pelos Ministros de Relações Exteriores do Brasil, Mário Gibson Barboza, e do Paraguai, Raúl Sapena Pastor. Assim, foi formalizada a criação da entidade Itaipu Binacional, com as empresas Ande e Eletrobras dividindo a responsabilidade de distribuição energética (ESPÓSITO NETO, 2012).

5 Considerações Finais

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu foi um feito monumental não apenas de engenharia, mas também de diplomacia. Fruto de longas negociações, que passaram por diversos percalços, a concretização do Tratado de Itaipu em 1973 ocorreu em um contexto político singular, que pode explicar em parte o sucesso das negociações. Acordado por dois presidentes militares, que governavam seus países de modo autoritário, o Tratado de Itaipu trazia consigo a resolução de um grande impasse: a disputa pela posse do “Salto das Sete Quedas” no Rio Paraná.

A Missão Militar Brasileira no Paraguai, somada a outros esforços diplomáticos, conseguiu desconstruir, pelo menos em parte, a imagem do Brasil como um inimigo invasor, criando a imagem de um parceiro estratégico que poderia contrabalançar a influência argentina no Paraguai. Permitiu que o Brasil criasse, ao longo da sua duração, um canal alternativo de diplomacia e obtenção de informação com a presença de militares brasileiros nos altos círculos da sociedade, principalmente

no meio militar, importante força no jogo político paraguaio. Durante a Segunda Guerra Mundial, a MMBIP foi responsável também por monitorar atividades nazistas no país guarani, onde havia grandes grupos e círculos germanófilos.

Através da sua Missão Militar no Paraguai, o Brasil foi capaz de fazer parte da formação da geração de oficiais Generais que estavam no poder no momento da assinatura do Tratado de Itaipu, como o General Alfredo Stroessner, que ao longo da sua carreira militar e do seu período como presidente paraguaio, sempre mostrou grande simpatia pelo Brasil. Entretanto, em sua aproximação com os brasileiros, obteve vantagens políticas, através de grandes acordos para a construção de obras de infraestrutura, acordos comerciais e uma alternativa à dependência argentina.

Conforme demonstrado pelo trabalho, ainda que tenham ocorrido alguns incidentes na região do Salto do Guaíra, os militares brasileiros e paraguaios mantinham canais de diálogo aberto, devido à boa impressão deixada nos paraguaios durante seus períodos de formação no Brasil e ao trabalho realizado pela MMBIP no Paraguai. Apesar de o ditador paraguaio ter mantido, via de regra, relações amistosas com os presidentes civis do Brasil, o fato de negociar o Tratado de Itaipu com um país governado por militares que haviam participado de sua formação foi um elemento relevante na solução dos momentos de maior tensão durante as tratativas que resultaram na construção da monumental Usina Hidrelétrica de Itaipu.

The Relation between the Brazilian and Paraguayan Governments (1954-1973): From the Brazilian Military Mission of Instruction in Paraguay to the Treaty of Itaipu

Abstract: The following paper aims to understand, through bibliographic review and analysis of the Treaty of Itaipu, the bilateral relations between Brazil and Paraguay during the period from 1954 to 1973, as well to investigate the relation between the Brazilian and Paraguayan Armed Forces from the Brazilian Military Mission of Instruction in Paraguay (MMBIP). Finally, it is concluded that the influence of MMBIP on high society and the training of Paraguayan military personnel assisted in the relation between the two countries and, despite some litigation, created alternative channels of communication between the military, facilitating the Treaty resolution.

Keywords: Itaipu Power Plant. Armed Forces. Stroessner. Diplomacy.

Referências

BANDEIRA, L. A. Moniz. A Guerra do Chaco. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 41, n. 1, p. 162-197, jan./jun. 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73291998000100008>. Acesso em: 17 nov. 2019.

BRASIL. Ata de Iguaçu de 22.06.1966. **Diário Oficial da União**. Brasília, 8 ago. 1966. Disponível em: http://www.itaipu.gov.br/sites/default/files/af_df/ataiguacu.pdf. Acesso em: 17 nov. 2019.

BRASIL. **Biblioteca Presidência da República**: Emílio Garrastazu Médici. 2019. Disponível em: www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici. Acesso em: 17 nov. 2019.

BRASIL. Decreto nº 67.084, de 19 de agosto de 1970. Promulga o Tratado da Bacia do Prata. **Diário Oficial da União**. Brasília, 20 ago. 1970. p. 294. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-67084-19-agosto-1970-408584-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17 nov. 2019.

BRASIL. Presidente (1956-1961: Juscelino Kubitschek). Em agradecimento pelo banquete que lhe foi oferecido, no Copacabana Palace Hotel, pelo Presidente do Paraguai, General Alfredo Stroessner. Rio de Janeiro, 9 set. 1957a. 4 f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jk/discursos/1957/42.pdf/view>. Acesso em: 16 nov. 2019.

BRASIL. Presidente (1956-1961: Juscelino Kubitschek). No Palácio do Ministério da Guerra, em banquete oferecido ao General Alfredo Stroessner, Presidente do Paraguai, quando da entrega, a este, da espada de Oficial General do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro, 7 set. 1957b. 2 f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jk/discursos/1957/41.pdf/view>. Acesso em: 16 nov. 2019.

BRASIL. Relatório do Ministério das Relações Exteriores 1940. Relatórios do Ministério das Relações Exteriores. MRE. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944a. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/105?terms=&item_id=1815#?-c=0&m=102&s=0&cv=0&r=0&xywh=-642%2C-857%2C3200%2C4812. Acesso em: 11 nov. 2019.

BRASIL. Relatório do Ministério das Relações Exteriores 1941. Relatórios do Ministério das Relações Exteriores. MRE. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944b. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/>

titles/105?terms=&item_id=1815#?c=0&m=103&s=0&cv=1&r=0&xywh=-76%-2C0%2C2023%2C3043. Acesso em: 11 nov. 2019.

BRASIL. Tratado de Itaipu, 26 abr. 1973. 1973. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/institucional/documentos-oficiais>. Acesso em: 17 nov. 2019.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 4ª ed. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais; Editora da Universidade de Brasília, 2011.

DORATIOTO, Francisco. **Relações Brasil-Paraguai: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

ESPÓSITO NETO, Tomaz. **Itaipu e as águas da discórdia**. Niterói: ABED, 2008.

ESPÓSITO NETO, Tomaz. **Itaipu e as relações brasileiro-paraguaias de 1962 a 1979: fronteira, energia e poder**. Orientador: Oliveiros da Silva Ferreira. 2012. 322 f. Tese (Doutorado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3424>. Acesso em: 17 nov. 2019.

GOMES, Enrico Diogo Moro. **Os limites entre Brasil e Paraguai: das primeiras negociações à demarcação e o caso da Serra de Maracaju**. Brasília, 2009. Dissertação (Mestrado). Instituto Rio Branco. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://info.lncc.br/Oslim.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **História - Usina Hidrelétrica de Itaipu**. 28 maio 2010. Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2328:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 17 nov. 2019.

ITAIPU. **Nossa História**. 2019. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/nossahistoria>. Acesso em: 17 nov. 2019.

MENEZES, Alfredo da Mota. **A Herança de Stroessner: Brasil-Paraguai, 1955-1980**. Campinas: Editora Papirus, 1987.

MORAES, Ceres. Interesses e Colaboração do Brasil e dos Estados Unidos com a Ditadura de Stroessner (1954-63). **Diálogos**, v. 11, n. 1-2, p. 55-80, jul. 2007. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38407>. Acesso em: 24 mar. 2021.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN (FAO). **El Regimen Juridico de los Recursos Hídricos Internacionales**. Roma, 1 jan. 1981. Disponível em: <http://www.fao.org/inland-fisheries/resources/detail/es/c/1147803/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

PINHEIRO, Maria Fernanda Bacile. **Problemas sociais e institucionais na implantação de hidrelétricas**: seleção de casos recentes no Brasil e casos relevantes em outros países. 2007. 204 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Mecânica, Campinas, SP, 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/263911>. Acesso em: 18 abr. 2021.

SILVA, Ronaldo Alexandre do Amaral e. **Brasil-Paraguai**: marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973: um estudo de caso sobre o papel de Stroessner e a importância de Itaipu. Orientadora: Albene Miriam Ferreira Menezes. 141 f. 2006. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2363>. Acesso em: 19 nov. 2019.

SOUTO, Cíntia Vieira. **As Relações Bilaterais e a Cooperação Militar entre Brasil e Paraguai de 1939 a 1948**. Orientador: André Luiz Reis da Silva. 273 f. 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/150577>. Acesso em: 10 nov. 2019.

YEGROS, Ricardo Scavone; BREZZO, Liliana M. **História das Relações Internacionais do Paraguai**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. Disponível em: http://www.funag.gov.br/biblioteca/index.php?route=product/product&path=75&product_id=513&limit=100. Acesso em: 17 nov. 2019.